

EUGÊNIA LOPES

BRASÍLIA – O presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), afirmou ontem que as dificuldades para aprovar as medidas do ajuste fiscal aumentaram com a derrota de candidatos aliados do governo no segundo turno das eleições. Para o presidente da Câmara, deputado Michel Temer (PMDB-SP), o governo vai enfrentar resistências para aprovar no Congresso as medidas de ajuste fiscal, com exceção do aumento da alíquota da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). Temer argumentou, no entanto, que o aumento da CPMF

dos atuais 0,20% para 0,35%, em vez de 0,30%, “surpreenderá negativamente” os parlamentares.

“A dificuldade é maior porque as pessoas estão mais sofridas com a derrota e, portanto, são mais difíceis de convencer. Mas nós vamos fazer o possível, levando em conta a necessidade de o Brasil aprovar seu ajuste fiscal com maior rapidez, para que possamos dar interna e externamente demonstrações de que estamos mudando o procedimento econômico”, disse Antônio Carlos Magalhães. “Acho que será difícil qualquer alteração que não seja a CPMF. Qualquer outro tema será extremamente polêmico no Congresso”, afirmou Temer.

Apesar das dificuldades, o se-

nador Antônio Carlos Magalhães afirmou que é “inevitável” a aprovação imediata das medidas de ajuste fiscal para contornar a crise na economia brasileira. O presidente do Senado observou, no entanto, que o Congresso poderá mexer nas medidas que serão enviadas esta semana pelo Planalto. “O presidente está ouvindo vários segmentos da sociedade. Nós também temos que ouvir os vários segmentos. Afinal de contas, temos o dever, perante a Nação, de fazer um ajuste fiscal, mas não de fazer aquilo que o Executivo queira, agindo como um carimbo. Esta Casa tem independência”, disse ACM.